

ESCÂNDALO NA PETROBRAS

DE CURITIBA
DO ENVIADO A CURITIBA
DE SÃO PAULO

"Quanto aos crimes de colarinho branco, o custo e o desgaste não valem o resultado. Se prende-se, se solta. Se não prende, prescreve pelo tempo entre eventual condenação e início da execução da pena."

Não parece, mas a constatação é de Sergio Moro, 42, juiz federal que, neste mês, mandou prender altos executivos das maiores empreiteiras do país na Operação Lava Jato, que apura esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras.

Escrita em 30 de março de 2009, a frase é parte de um e-mail dele a amigos dizendo que desistira de julgar crimes de colarinho branco. "O melhor é investigar e abrir processos somente em relação ao tráfico de drogas e lavagem dela decorrente, para os quais o sistema ainda é eficiente."

Na época, o magistrado estava desiludido com a maneira com que a Justiça tratava casos como o do banqueiro Daniel Dantas, solto em 2009 após decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), com um pito público em um juiz federal, Fausto de Sanctis.

Moro, que não gosta de dar entrevistas, contou a amigos que não pensa como antes porque pais e tribunais mudaram de ideia. Sobre tudo após o julgamento do mensalão.

Dois números ilustram a mudança: advogados de alvos da Lava Jato já perderam mais de cem recursos, enquanto Moro teve só uma derrota — em maio, o STF mandou soltar o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

DISCRICÃO

Paranaense de Maringá e filho de um professor de geografia da UEM (Universidade Estadual de Maringá), onde se formou em direito, o juiz é descrito como obstinado, concentrado e discreto.

"Era tido pelos colegas como intelectualmente diferenciado. Reservado, estudioso, com um humor muito refinado", diz o juiz federal Anderson Furlan, 39, amigo de Moro desde 1992, quando, calouro, foi salvo por ele num troço.

Moro não era visto em festas e passava longe do movimento estudantil. "Nunca soube pra quem ele votou", assegura Furlan. Nem time de futebol? "Não tem. E se tivesse, nãoalaria, porque talvez pudesse julgar esse time um dia. Discricão à pura prova."

Após um breve período trabalhando em um escritório de direito tributário, Moro tornou-se juiz federal cedo, aos 24 anos, em 1996.

Em 2003, começou seu primeiro grande caso, a investigação sobre a remessa ilegal ao exterior de cerca de US\$ 30 bilhões via Banestado, banco estatal do Paraná. Nele, aprofundou conhecimentos sobre lavagem e colaboração com outros países, principalmente os EUA, onde estudou.

Em 2004, participou da Operação Farol da Colina, que culminou na prisão de 63 doleiros — a maior apuração sobre lavagem no Brasil até a Lava Jato. A experiência motivou a ministra Rosa Weber a convocá-lo para ajudá-la no julgamento do mensalão, em 2012. Advogados ficaram apreensivos — sua fama de "linha dura" já era grande.

A experiência rendeu. "Ele conheceu como pensam os ministros. Sabe onde uma investigação pode se tornar mais ou menos frágil", afirma o amigo Furlan. "É simples e discreto", diz Leonardo de Farias Duarte, juiz que foi auxiliar de Joaquim Barbosa na mesma época.

Entre os poucos comentários aos demais auxiliares sobre sua vida, Moro falou sobre seu descontentamento

Sergio Lima - 24 Jan. 2006/folhapress



3 GRANDES CASOS

BANESTADO

Entre 2003 e 2007, o juiz federal Sergio Moro conduziu o caso Banestado, o maior julgamento de doleiros do país, com 97 condenações. Um dos presos foi Alberto Youssef

MENSAÇÃO

Foi convocado em 2012, durante o julgamento do mensalão, para auxiliar o gabinete da ministra do STF Rosa Weber. Seu livro "Crime de Lavagem de Dinheiro" (2011) é um dos mais citados no acórdão

LAVA JATO

Operação investiga esquema de desvios e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos. Sob a responsabilidade de Moro, já levou à prisão doleiros e executivos

JUIZ COM CAUSA

Sério e discreto, Sergio Moro se **especializou** em casos de **lavagem** de dinheiro antes de aterrorizar executivos, empresas e advogados na **Lava Jato**

com os rumos da ação que movia contra a Universidade Federal do Paraná, onde até hoje ensina direito penal.

Por causa do trabalho no STF, ele tentou convencer a instituição a deixá-lo lecionar por três horários consecutivos às sextas-feiras, o que feria as normas internas. Moro ficou contrariado com a recusa e entrou com o processo. Perdeu em duas instâncias.

Nas classes, afrouxa a sisudez. É sério e exigente, mas faz tiradas e é acessível. Com alguns estudantes, trocava até torpedos. No início do ano, foi escolhido como nome de tur-

ma e participou do almoço de despedida dos alunos.

Um de seus temas preferidos nas aulas é a Operação Mãos Limpas, que combateu a lavagem de dinheiro e desmontou a máfia na Itália.

MELHOR SÓ

Na Lava Jato, a fama de juiz duro e competente vem se consolidando.

"Eu apanhei bastante dele. Não é fácil", conta um advogado com carreira na área criminal, que pediu para não ter o nome publicado. "Ele fundamenta as decisões muito bem. Conseguir reverter

uma decisão é muito difícil."

A oposição, que aposta na Lava Jato como principal fonte de desgaste do PT no governo federal, tem saído em defesa de Moro. Parlamentares do bloco fizeram chegar a seus ouvidos que, caso se sentisse pressionado ou ameaçado, poderia pedir ajuda.

O juiz jamais respondeu aos acenos. Segundo interlocutores escalados para essas missões, manda dizer que agradece a preocupação, mas está muito bem sozinho, obrigado. (ESTELITA HASS CARAZZINI, DANIELA LIMA, FABIANO MAISONNAVE E MARIO CESAR CARVALHO)

“ Quanto aos crimes de colarinho branco, o custo e o desgaste não valem o resultado. Se prende-se, se solta. Se não prende, prescreve pelo tempo entre eventual condenação e início da execução da pena

SERGIO MORO
juiz, em 2009, em e-mail a amigos

ANÁLISE

Advogados apostam em ministros do STF para conter juiz

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Argumentos como os que os advogados têm usado para tentar afastar o juiz Sergio Moro da Operação Lava Jato foram oferecidos antes sem sucesso contra Joaquim Barbosa, relator do mensalão no Supremo Tribunal Federal.

Barbosa foi acusado de parcialidade e pré-julgamento, mas submeteu ao plenário as petições apresentadas pelos advogados e sempre obteve apoio dos colegas, apesar das divergências sobre o caso.

Na Lava Jato, os advogados dizem que Moro age para manter as ações sob sua responsabilidade na primeira instância, evitando que menções a políticos com foro no STF levem o caso para longe.

Mas os processos com políticos envolvidos já estão no Supremo, onde correm sob sigilo por ordem do ministro Teori Zavascki. Se Moro permitisse que os acusados fossem indagados por fatos ligados a políticos, estaria agindo fora de sua competência legal.

Alberto Zacharias Toron, advogado que representa executivos de uma empreiteira acusada de participação no esquema, disse à **Folha** que as prisões autorizadas por Moro têm a meta de coagir suspeitos a colaborar com a Justiça.

O constrangimento das prisões e o temor de punições rigorosas podem de fato levar os acusados a tomar decisões precipitadas, mas não é possível concluir um acordo de delação premiada sem ter a concordância dos advogados.

Muitos criticam Moro por crerem que teriam melhores condições de defender seus clientes se todos os processos fossem para o STF, e não só os que envolvem políticos.

Ministros da corte têm restrições a Moro, magistrado que, eles dizem, às vezes resiste ou expressa inconformismo ao ser contrariado por decisões de instância superior.

Há menos de dois meses, o ministro do STF Gilmar Mendes mandou à corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cópia de um processo aberto para apurar se Moro cometera infração disciplinar num caso.

O processo é relacionado ao julgamento, em 2013, de habeas corpus impetrado em 2008 por um doleiro condenado a nove anos de prisão. O doleiro queria afastar Moro do caso, alegando parcialidade.

Em 2010, o relator, Eros Grau, rejeitou a suspeição. Mendes pediu vista e se disse impressionado com vários incidentes do processo e os "repetidos decretos de prisão", mesmo admitindo que todos estavam "fundamentados".

Moro chegou a ordenar o monitoramento dos advogados do caso, permitindo busca de informações sobre viagens de avião. Teori Zavascki entendeu que era para cumprir ordem de prisão. Mendes e Celso de Mello classificaram o fato como "gravíssimo".

Mello chegou a sugerir que o processo todo fosse invalidado, mas nenhum outro ministro concordou. Mendes disse não ver motivo para afastar Moro do caso, mas sugeriu que a reclamação dos advogados fosse enviada ao Conselho Nacional de Justiça e à corregedoria regional do TRF.

O CNJ já havia arquivado acusações do doleiro e dos advogados contra Moro.